

A Economia Solidária como uma alternativa sócio, econômica e ambiental: um estudo dos impactos em famílias de baixa renda

Tatiane Lúcia de Melo¹

Jaqueline Silva Melo²

Camila Silva Pirola³

Fyama Maria Soares Madureira⁴

Ester Eliane Jeunon⁵

RESUMO

O sistema produtivo e de desenvolvimento adotado pelo capitalismo é caracterizado pela competitividade, tendo como uma de suas principais consequências a pobreza e a desigualdade social no mundo. Nesse cenário, é urgente a implementação de novas alternativas no campo econômico e social que proponham meios de geração de trabalho e renda dentro de uma lógica não capitalista. Assim, surge a Economia Solidária (ES) como via de saída dos meios formais de produção e como oportunidade para as populações marginalizadas. O presente trabalho teve como objetivo geral investigar as perspectivas da ES como alternativa de impacto sócio, econômico e ambiental em famílias de baixa renda no município de Betim, em Minas Gerais. Foi utilizada a estratégia qualitativa de pesquisa, do tipo descritiva, com método de estudo de casos múltiplos. Os resultados indicaram como pontos negativos a ausência de parcerias, de políticas públicas e de capacitação. A possibilidade de uma renda complementar, o convívio social e o exercício da cidadania por meio de uma produção mais sustentável foram citados como fatores positivos para o exercício da profissão.

Palavras-chave: economia solidária; baixa renda; trabalho e renda.

The Solidarity Economy as a social, economic and environmental alternative: a study of the impacts on low-income families

ABSTRACT

The productive and development system adopted by capitalism is characterized by competitiveness, with poverty and social inequality in the world as one of its main consequences. In this scenario, it is urgent to implement new alternatives in the economic and social field that propose means of generating work and income within a non-capitalist logic. Thus, Solidarity Economy (ES) emerges as a way out of the formal means of production and as an opportunity for marginalized

¹ Mestre em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), especialista em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais pela UNIFEI – Itajubá e professora substituta do curso de Psicologia da PUC Minas. <https://orcid.org/0000-0002-5482-6292> - tatyec@yahoo.com.br

² Doutoranda em Psicologia pelo PPGPSI da PUC Minas, Mestre em Administração pelo PPGA da PUC Minas, coordenadora adjunta e professora do Curso de Especialização em Gerenciamento de Projetos do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas (IEC PUC Minas). <https://orcid.org/0000-0003-4233-0035> - profjsm2018@gmail.com

³ Bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduanda em Psicologia pela PUC Minas. camilapirolla@hotmail.com

⁴ Bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. fyamamadureiracmd@hotmail.com

⁵ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), professora da Fundação Pedro Leopoldo e professora adjunta III da PUC Minas. <https://orcid.org/0000-0002-5158-0151> - esterjeunon@gmail.com

populations. The present work had as general objective to investigate the perspectives of ES as an alternative of social, economic and environmental impact in low-income families in the municipality of Betim, in Minas Gerais. A qualitative research strategy was used, of the descriptive type, with a multiple case study method. The results indicated as negative points the absence of partnerships, public policies and training. The possibility of a supplementary income, social interaction and the exercise of citizenship through a more sustainable production were cited as positive factors for the exercise of the profession.

Keywords: solidarity economy; low income; job and income.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, os homens tiveram a necessidade de sustento. Na luta pela sobrevivência, eles saíam em busca de alimentos para a família e garantiam sua permanência em sociedade. Entretanto, enfrentando dificuldades acarretadas pela sazonalidade dos alimentos da terra e a disputa entre grupos de pessoas por alimento, surgiu a necessidade de desenvolver novas alternativas. Segundo Figueiredo (2013), no período de transição da comunidade primitiva para a sociedade de classes, houve a introdução da produção excedente, instituindo relações de poder entre classes.

A partir desse momento, o conceito que conhecemos do capitalismo vai se moldando e perpetuando até os dias atuais. Nessa sociedade, o capitalismo traz consigo a exclusão dos menos favorecidos e desprovidos de bens materiais e financeiros. “O capitalismo atual, que veio para dominar a vida econômica, educa e seleciona os indivíduos de quem precisa, mediante o processo de sobrevivência econômica dos mais aptos” (Costa, 2007, p. 7). Tudo isso agravou a desigualdade social pelo mundo e, diante de tais fatos, emergiram “alternativas no campo econômico e social que ousam ao se propor a trabalhar dentro de uma lógica diferente, subordinando a dimensão econômica à inclusão social e ao equilíbrio ambiental” (Santos; Vieira; Borinelli, 2013, p. 264).

Nesse cenário, por meio da repercussão do movimento cooperativista, é que a Economia Solidária vem ganhando espaço como um movimento em prol dos excluídos do sistema capitalista; movimento esse contrário à situação da má distribuição de renda, concentração de riqueza nas mãos da minoria, desigualdade social e presença da pobreza na vida da sociedade. Assim, a Economia Solidária é apresentada como alternativa ao Sistema Capitalista, trazendo consigo a prática de princípios e valores coletivos e mais igualitários para organizações, quanto à sua gestão, sua produção e comercialização; uma economia coletiva, baseada na solidariedade, democracia, comércio justo e solidário, consumo consciente, cooperação, valorização do ser humano e coletivismo, como afirmado por França Filho e Laville (2004) citados por Martins e Toledo (2016).

A partir da literatura analisada, foi constatado que os estudos sobre a Economia Solidária

apresentam diversos fatores que contribuem para a inclusão social e econômica das famílias localizadas no segmento de baixa renda. Pelo exposto, dada a crescente importância do segmento informal para a geração de trabalho e renda em todo o mundo e a importância da Economia Solidária nesse contexto, o presente trabalho pretende dar um importante passo para a compreensão dos possíveis impactos dessa vertente da economia na vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Quanto às disposições metodológicas da pesquisa, esta se caracteriza como qualitativa, descritiva, e o método utilizado concentrou-se no estudo de casos múltiplos, englobando quatro Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) vinculados ao Fórum Municipal de Economia Solidária de Betim (FOMESB), localizados no município de Betim/MG. A seleção dos EES foi intencional e não probabilística, tendo como critério a atuação ativa dos EES no FOMESB.

O principal objetivo do estudo é investigar as perspectivas e possibilidades da Economia Solidária enquanto alternativa de impacto socioeconômico e ambiental em famílias de baixa renda; e os objetivos secundários são: mapear o perfil dos indivíduos; investigar as principais práticas dos EES; os benefícios da Economia Solidária para os empreendedores; identificar as variáveis influenciadoras e os principais desafios para a manutenção da atividade. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas presenciais semiestruturadas aplicadas entre fevereiro e maio de 2018, junto aos representantes de cada EES.

Por fim, cabe destacar o caráter extensionista da pesquisa tendo em vista que a economia solidária tem como norte a valorização dos saberes populares, a proposição de uma economia mais justa e sustentável, bem como a geração de emprego e renda para uma população mais vulnerável. Tais preceitos vão ao encontro dos pressupostos da extensão universitária no que tange aos princípios da inclusão social, do desenvolvimento cultural, da melhoria da qualidade de vida da população e da preservação do meio ambiente. (PNE, 2012).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Estado, economia e trabalho: o contexto das transformações

As constantes crises pelas quais o sistema capitalista vem passando contribuem para o aumento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, para a deterioração das condições de vida da maioria da população mundial. Somam-se a esse cenário as transformações econômicas que vêm ocorrendo no plano global, com as mudanças tecnológicas e a incorporação de um novo padrão produtivo pelas empresas, que se baseia na flexibilização do trabalho, na segmentação de cadeias

produtivas por áreas geográficas, na acirrada competitividade mundial entre as empresas na busca de produtividade e eficácia que ultrapassam as fronteiras do Estado-nação. Todo esse processo afeta as economias nacionais, que, em sua maioria, vêm implementando reformas liberalizantes e desregulando os mercados, o que leva a uma redução do papel do Estado, tanto nas atividades econômicas, como no financiamento e na promoção de políticas sociais, além de gerar crise social derivada do desemprego (Santos Junior apud Teixeira, 2006).

O problema da desigualdade social, sendo uma das graves consequências da má distribuição de renda no mundo, vem levando inúmeros estudiosos a se debruçarem em estudos e pesquisas sobre as possibilidades e estratégias para promover mudanças nesse cenário. Cada vez mais, constata-se que o sistema capitalista, da maneira como vem sendo conduzido e executado, tem beneficiado apenas uma pequena parcela da população mundial.

No cenário brasileiro, temos um país que construiu sua história dentro de uma racionalidade em que as elites econômicas se apoderaram do Estado como extensão dos seus próprios domínios individuais, confundindo a esfera pública com a privada, numa relação promíscua que se foi naturalizando ao longo do tempo. A aliança entre poder econômico e político gerou uma das mais injustas sociedades do mundo, em que nem mesmo a abundância de recursos naturais foi suficiente para assegurar o mínimo de bem-estar para a maioria da população (Furtado, 2009).

Diante dos abismos sociais tecidos historicamente, emergiram, por força de movimentos sociais e mobilização de instituições, diversas possibilidades de geração de emprego e renda, como a Economia Solidária, que surge como “[...] modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (Singer; Souza, 2003, p. 13).

É notória a discrepância em termos de distribuição de renda no Brasil, fruto de um processo histórico marcado por desigualdades econômicas e sociais. E isso afeta diretamente o acesso ao trabalho, em que populações marginalizadas enfrentam dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal. Nesse sentido veremos, a seguir, como a Economia Solidária, uma forma peculiar de pensar as definições de trabalho e renda, se apresenta como potencial de possibilitar às famílias de baixa renda as condições necessárias para a subsistência, dignidade e inclusão social.

2.2 Economia Solidária: gênese, contexto histórico e conceitos

Segundo Singer (2002), a Economia Solidária emergiu em meados do século XIX na Inglaterra, em um contexto marcado pela consolidação do capitalismo industrial. O autor enfatiza que nesse período havia altas taxas de mortalidade dos trabalhadores fabris, bem como exploração

massiva de mão de obra infantil. Singer (2002) afirma que Robert Owen, empresário do setor têxtil inglês, implementou medidas para minimizar jornadas extensas de trabalho e construiu escolas para as crianças, impactando positivamente na produtividade dos trabalhadores.

Singer (2002) afirma que, após a finalização do ciclo de guerras na Europa, a economia da Grã-Bretanha caiu em depressão. Owen, analisando o contexto de crescimento da pobreza e desemprego no qual estava mergulhada a população inglesa, apresentou ao governo uma proposta para criação de fundos de sustento aos pobres, com o objetivo de construir Aldeias Cooperativas, fundamentadas em economias de subsistência, que auxiliariam na reinserção da população à produção, o que significava economia dos recursos públicos (Singer, 2002). Mas Owen fracassou. Entretanto, mesmo com o fracasso das ideias de Owen, anos depois o conceito de cooperativismo como modo de produção alternativa ao capitalismo integrou as bases para a criação de comunidades colaborativas em Londres, movimentos sindicais da classe trabalhadora e grupos de troca (Singer, 2002).

Por sua vez, Gaiger (2009) afirma que as primeiras práticas de Economia Solidária surgiram na Europa no século XIX, vinculadas à Economia Social. No decorrer desse século, o movimento tomou formas mais definidas e “a Economia Social forjou setores socioeconômicos como as cooperativas, as mútuas e as associações, ao mesmo tempo em que ensejou movimentos sociais correlatos a esses campos de ação” (Gaiger, 2009, p. 82).

Todavia, ela se enfraquece, fazendo surgir uma nova geração da Economia Social pautada em discussões em torno dos direitos universais dos cidadãos e a necessidade da cocriação de um novo sistema de regulação econômica, conjugando uma dimensão política às reivindicações, que posteriormente passou a designar-se Economia Solidária, termo presente mais comumente na América Latina (Gaiger, 2009).

Para Almeida (2010), um dos principais marcos do movimento de Economia Solidária no Brasil constituiu-se na criação dos fundos solidários em 1981, lançados na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e administrados pela Cáritas, nos quais foram desenvolvidos projetos comunitários em bases autogestionárias. Já Silva, Ferreira e Costa (2016) ressaltam que no Brasil a Economia Solidária surge entre 1980 e 1990, com a aceleração do processo de desemprego e proliferação de movimentos sociais que tinham como pauta o apoio às alternativas de geração de trabalho e renda que beneficiaria as classes populares.

Assim, as práticas que constituem a Economia Solidária “de forma geral e tipológica, podem ser resumidas em: comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais, arranjos produtivos solidários e entidades de apoio e fomento das práticas solidárias” (Santana Jr

apud Amaral; Nepomuceno; Medeiros, 2009, p. 3).

Para Gaiger (2013) o campo da Economia Solidária constitui-se em quatro segmentos: empreendimentos solidários, que desenvolvem atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo; organizações civis de apoio, incluindo Organizações Não Governamentais (ONG's), universidades sindicais e pastorais sociais; órgãos de representação e articulação política, como incubadoras, gestores públicos, redes de troca, entidades de crédito, central de debates, entre outros; e, por fim, organismos estatais, que se constituem como entidades de apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária como política pública.

Dado o exposto, a Economia Solidária apresenta uma pluralidade de segmentos, que são articulados em maior ou menor grau entre a sociedade civil, o estado e as organizações privadas, na tentativa de construir um sistema coexistente com o capitalista, baseado em princípios como a emancipação por meio do trabalho, a coletividade e a responsabilidade socioambiental (Hickenbick; Felácio, 2014). Também é possível verificar que existem alguns aspectos que demarcam e caracterizam os EES, como a cooperação, autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, eliminação do lucro, mercado justo, atuação em rede e formação (Hickenbick; Felácio, 2014). Importante aspecto que se destaca nessas características é a autogestão que “[...] está diretamente ligada ao compartilhamento de poder entre os indivíduos, ao agir coletivo no trabalho e na tomada de decisões (gestão democrática) e à repartição dos ganhos e perdas” (Cambiaghi, 2012, p. 37).

Assim, faz-se necessário analisar o impacto das novas relações e realidades do trabalho no Brasil (como o crescimento da informalidade), o papel do poder público no desenvolvimento de políticas públicas estimulantes à geração de emprego e renda e detectar as práticas sustentáveis propostas no contexto da Economia Solidária.

2.2.1 Formalidade x informalidade na Economia Solidária

A informalidade do trabalho pode assumir diversos conceitos na medida em que sua análise perpassa pela academia, pela opinião pública ou pelos governantes, sendo, sua compreensão, variável de acordo com cada cenário, interesse ou visão de cada setor.

Para o SEBRAE (2007), as atividades informais compreendem as unidades econômicas pertencentes aos trabalhadores por conta própria e aos empregadores com até cinco empregados, incluindo todos os proprietários (sócios) desses empreendimentos (Viana, Teixeira; Franca, 2013). Segundo Pochmann (2008), as unidades de micro empreendimento informal no Brasil compreendem um amplo, complexo e um universo extremamente heterogêneo de atividades. Varia desde uma porta

de absorção de desempregados sem alternativas no mercado de trabalho, passando pelo exercício de atividades artesanais, até a constituição de iniciativas pré-capitalistas com potencial de expansão.

Pode-se assim dizer que a Economia Solidária no contexto brasileiro se apresenta como uma nova perspectiva de desenvolvimento das relações de trabalho, e suas perspectivas influenciaram o desenvolvimento de muitas pesquisas, cuja revisão é recente (Leite; Pinheiro apud Guerra, 2014), que abordam temas que vão desde as potencialidades econômicas dos grupos até questões culturais relativas ao empoderamento de gênero (Guerra, 2014).

No entanto, os EES enfrentam restrições de recursos materiais, financeiros, informacionais e administrativos, colocando-os em posição desfavorável se relacionados aos negócios geridos sob a lógica capitalista (Santos; Vieira; Borinelli, 2013). E embora não exista consenso na definição de informal, entende-se, em geral, que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores que enfrentam desvantagens e problemas em comparação aos trabalhadores com emprego formal (aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado), seja através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) seja pelo Estatuto do Servidor Público e, portanto, são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social.

2.2.2 Políticas públicas e movimentos da sociedade civil para a estruturação da Economia Solidária no Brasil

O apoio do Estado exerce papel primordial para o desenvolvimento e evolução das atividades da Economia Solidária no Brasil. Entre 1980 e 1990 ocorreu a chamada reestruturação produtiva nacional, com intensa adoção de novas tecnologias, principalmente dos recursos oriundos da microeletrônica. Como resultado dessas transformações, o mercado de trabalho brasileiro foi marcado por um intenso processo de degradação do trabalho e elevação das taxas de desemprego (Antunes; Pochmann, 2008).

Nagem e Silva (2013) apontam que o debate relacionado ao trabalho foi largamente abordado nesse período, tendo como responsável o Estado, desempenhando papel de articulador das políticas para minimizar o desemprego. Entretanto, as políticas estavam totalmente voltadas para a manutenção dos empregos formais. Mas, em meio a esse cenário, emergiu o trabalho associado como caminho para a promoção de trabalho e renda de parte da população, sobretudo os mais pobres. Nessa perspectiva, a Economia Solidária ganha visibilidade em espaços públicos e, no final dos anos 1990, estados e municípios começaram a incluir na pauta de governo ações de suporte aos grupos de Economia Solidária (Nagem; Silva, 2013; Silva, 2016).

Já um dos primeiros programas estruturados estabelecidos por meio de política pública estadual em Economia Solidária surgiu no Rio Grande do Sul, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1998 e 2002, intitulado Programa de Economia Popular Solidária, com cinco eixos de atuação: formação em autogestão, capacitação profissional, financiamento, comercialização e incubação de empreendimentos (Nagem; Silva, 2013). Para Silva citado por Nagem e Silva (2013), no âmbito municipal o Programa Oportunidade Solidária estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Paulo foi um dos grandes expoentes na articulação de ações voltadas para a Economia Solidária.

Em 2001, foi realizado o I Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, com o lema “Um outro mundo possível” (Proetti; Vannuchi, 2016). Nessa edição, o FSM trouxe a proposta de uma oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que se constituiu como espaço de profundas reflexões sobre os rumos da Economia Solidária no Brasil, em termos de políticas públicas e geração de trabalho e renda. Ainda no mesmo ano, criou-se o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que articulou várias organizações brasileiras em torno da temática (Almeida, 2010).

Após o I Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, vê-se que a ação política do Movimento da Economia Solidária rumou para a criação de leis e decretos que possibilitam a incorporação da Economia Solidária como política pública nacional, abrindo espaço para a criação, via regulação, do “direito ao trabalho associado e a uma Economia Solidária” (Forte, 2017, p. 126).

Em 2003, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva assume o poder e, já em seu primeiro mandato, desenvolve uma política de trabalho na qual uma das diretrizes centrava-se na Economia Solidária (Gomes, 2017). No dia 28 de maio do mesmo ano, a Economia Solidária ganha posição de destaque e, por meio da Lei nº 10.683, instituída conforme o Decreto nº 4.764, surge a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pasta vinculada ao Ministério do Trabalho (Nagem; Silva, 2013; Reis, 2016; Silva; Ferreira; Costa, 2016; Gomes, 2017). A SENAES é produto da articulação política realizada entre a Cáritas Brasileira, o PT e ONGs. Membros dessas instituições foram introduzidos para compor os cargos da secretaria, principalmente aqueles ligados à elaboração, execução e avaliação das políticas públicas no País (Forte, 2017).

2.2.3 Sustentabilidade no contexto da Economia Solidária

A situação em que o mundo se encontra hoje deve ser repensada. O sistema no qual foram engendradas as relações humanas pautou-se pela lógica capitalista, que “traz consigo a

compulsividade de um consumo que explora consumidores, produtores e principalmente a natureza em busca de matérias-primas para a produção” (Meneguzzo; Chaicouski; Meneguzzo apud Martins; Toledo, 2016).

Nesse sentido é importante destacar, conforme Milanez, que não é possível “construir uma economia estável que não seja através de um processo de sustentabilidade, mudando radicalmente a distribuição de riquezas para gerar mercado e a forma de produzir os produtos para poder atender os diferentes mercados com seus diferentes valores” (Milanez, 2003, p. 82). O termo sustentabilidade em si designa o ato de sustentar, permanecer, manter. Comumente, é visto sob a ótica de três dimensões: a ambiental, econômica e social. A sustentabilidade, nessas três dimensões mencionadas, corresponderia a:

- a) Sustentabilidade ambiental:** supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural;
- b) Sustentabilidade econômica:** supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais;
- c) Sustentabilidade social:** A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros (Nascimento, 2012, p. 55).

A definição que se popularizaria sobre a sustentabilidade ou por muitos adotada como desenvolvimento sustentável veio por meio do relatório “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório de *Brundtland*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987. Segundo definição desse relatório, “o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU BRASIL, 2017).

A Economia Solidária está permeada pela sustentabilidade e em busca de seu desenvolvimento nos empreendimentos, pois

[...] a Economia Solidária traz à sociedade a consciência crítica de ressignificar o seu consumo e sua produção por diversas maneiras classificadas como sustentáveis. Assim sendo, como já destacada, a sustentabilidade é um dos princípios que norteiam a prática da Economia Solidária e, através de suas ações é que este novo modo de se fazer economia, encontra no desenvolvimento sustentável a busca de mudanças para se consumir e produzir, pensando no meio ambiente (Martins; Toledo, 2016, p. 6).

A Economia Solidária traz consigo o desenvolvimento sustentável, no que se refere às questões ambientais, econômicas e sociais. Oliveira (2015) apresenta no quadro abaixo, as similaridades entre a economia solidária e o desenvolvimento sustentável.

Quadro 1- Princípios da economia solidária e desenvolvimento sustentável

| Economia Solidária | Desenvolvimento Sustentável |
|--|---|
| Um poderoso instrumento de combate à exclusão social e à pobreza | Capacitação dos pobres para a obtenção de meios de subsistência sustentável |
| Apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda | Visa à geração de trabalho e renda para diminuição da pobreza |
| Visa, como eficiência social, à qualidade de vida e à felicidade de seus membros | Proteção e promoção das condições da saúde humana e melhoria na qualidade de vida |
| O modelo busca uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza | Este desenvolvimento busca uma interação das dimensões ambientais e econômicas |
| Busca outra qualidade de vida e de consumo | Promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais. |
| Busca a satisfação direta das necessidades de todos | Atender às necessidades básicas da humanidade |

Fonte: Adaptado de Oliveira (2015, p. 7).

Percebe-se, então, que as dimensões da sustentabilidade e da Economia Solidária se entrelaçam, visando caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável. Por fim, para Gonçalves e Morais Sobrinho (2011, p. 109) “os valores da Economia Solidária, segundo seus defensores, podem ser expressos pelo trinômio: socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa, descritiva e utiliza-se do método de estudo de casos múltiplos, compreendendo quatro EES localizados no município de Betim/MG e associados ao FOMESB, buscando identificar e analisar quais os impactos da Economia Solidária na inclusão socioeconômica e ambiental de famílias da população de baixa renda.

A seleção das unidades de observação foi efetuada de maneira intencional e não probabilística. Os EES foram indicados pelo FOMESB, e os critérios de seleção foram: empreendedores residentes na cidade de Betim, cujos negócios estivessem vinculados ao FOMESB, facilidade de acesso e disponibilidade dos respondentes. A identidade dos empreendedores foi preservada, visando manter sua privacidade.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, optou-se por efetuar entrevistas semiestruturadas, de caráter individual e em profundidade, aplicadas entre os meses de fevereiro a maio de 2018, sendo entrevistados representantes de cada EES. O roteiro da entrevista foi composto por sete blocos de assuntos, sendo:

- 1) perfil do entrevistado (gênero, idade, escolaridade, composição familiar e dados do empreendimento como nome, CNPJ, ano de criação, ramo do negócio e fonte de renda);
- 2) práticas desenvolvidas (quem confeccionava os produtos ou realizava os serviços ofertados e a precificação);
- 3) benefícios das práticas de Economia Solidária (quais os benefícios de se atuar em Empreendimentos Econômicos Solidários);
- 4) desafios na execução das atividades;
- 5) conhecimentos do entrevistado sobre Economia Solidária (políticas públicas, comercialização e parcerias);
- 6) variáveis que influenciaram na adesão de práticas econômicas solidárias;
- 7) sustentabilidade (matéria prima e destinação de resíduos).

Quanto à análise de dados, seguiu-se o método de análise de conteúdo proposto pela pesquisadora Bardin (2006), compreendendo três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Na primeira etapa, foi realizada a transcrição das entrevistas, leitura detalhada e seleção de palavras-chave. A segunda etapa compreendeu aglutinação das palavras-chave em categorias intermediárias e finais. E, por fim, a terceira etapa consistiu na análise comparativa dos resultados coletados e a literatura pesquisada, bem como as categorias.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A observação dos resultados efetivou-se pela análise dos dados e dos conteúdos obtidos a partir das entrevistas norteadas pelo instrumento de coleta. Visando facilitar o exposto, o Quadro 2 a seguir apresenta uma síntese das características das unidades produtivas pesquisadas.

Quadro 2 – Perfil dos respondentes e dos empreendimentos

| DADOS | ENTREVISTAS | | | |
|-------------------------------------|--|----------------------|---|--------------------|
| | CASO A | CASO B | CASO C | CASO D |
| | Entrevistada 1 | Entrevistada 2 | Entrevistadas 3 e 4 | Entrevistada 5 |
| Ano de criação | 2011 | 2004 | 2000 | 2009 |
| Gênero | Feminino | Feminino | 3.Feminino/ 4. Feminino | Feminino |
| Escolaridade do empreendedor | Ensino Médio completo | Curso técnico | 3. Ensino Médio completo/ 4. Ensino Fund. incompleto | Pós-graduação |
| Composição familiar | Divorciada, reside com a filha de 23 anos. Tem quatro filhos casados | Entrevistada e filho | 3. Casada, reside com o marido e dois filhos/ 4. Casada, reside com o marido, um filho e um neto | Entrevistada e mãe |
| Ramo do negócio | Confecção | Artesanato | Artesanato | Artesanato |
| Auxiliar ou sócio no negócio | Sim | Não | 3.Não / 4. Não | Não |
| Situação Fiscal | Formal | Informal | 3. Formal / 4. Informal | Informal |
| Única fonte de Renda | Não | Não | 3. Não / 4. Não | Não |

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

O quadro acima ilustra o perfil dos empreendimentos analisados. Percebe-se que os empreendimentos são, em sua totalidade, idealizados e coordenados por mulheres, de baixa renda, com poucos ou nenhum auxiliar, com escolaridade que varia desde o Ensino Fundamental até o Superior. Ressalta-se, também, que a opção pela formalidade não é uma premissa nos casos estudados e que tais empreendimentos não são a única fonte de renda das respondentes da pesquisa.

Por meio da análise dos dados coletados durante a entrevista no Caso A, percebeu-se que ela atua não somente no empreendimento Ponto Costura, mas também como professora, indicando que as atividades desempenhadas na Economia Solidária não constituem fonte de renda única. Também se identificou certa centralização das atividades exercidas pela entrevistada, que articula todas as ações administrativas, o que destoa de uma das características determinantes da Economia Solidária explicitada na literatura, o pilar autogestão, descrita por Cambiaghi (2012) como a partilha do poder entre os indivíduos, permitindo a materialização de uma gestão democrática.

No que se refere às práticas desenvolvidas, esse empreendimento concentra-se na produção e comercialização de uniformes e artigos de cama, mesa e banho, com enfoque na produção artesanal, indo ao encontro de um dos tipos de produtos prioritários na Economia Solidária. Quanto à formalização, o empreendimento não apresenta registro específico como organização, entretanto,

cada integrante possui registro como Microempreendedor Individual (MEI). Isso se deu muito em função da pressão de clientes que exigiam notas fiscais. Esse aspecto condiz com o que Santos, Vieira e Borinelli (2013) evidenciam, sobre a restrição de recursos administrativos por parte dos EES, colocando-os em posição desfavorável aos negócios geridos pela lógica capitalista.

Dentre os benefícios identificados pela entrevistada resultantes da participação do empreendimento destacam-se a troca de saberes e o trabalho em grupo. Além disso, a participação em movimentos sociais como do FOMESB proporcionou o acesso a projetos de incentivo como fundo rotativo do Cáritas, palestras e capacitações. Esses benefícios identificados a partir da percepção da entrevistada ressaltam a proposta da Economia Solidária, conforme apresentado nos estudos de Laville citado por Silva, Ferreira e Costa (2016), de que essa nova economia estaria fundamentada em fatores humanos, como laços sociais e propriedade de base comunitária. Por outro lado, dentre os desafios identificados está a desmotivação das sócias, acesso ao crédito, *déficit* na formação das sócias e sobrecarga nas atividades de coordenação do grupo.

Ao ser questionada sobre a significação da Economia Solidária, a entrevistada 1 deixou explícito que se trata de um sistema que proporciona formação, cooperação e empatia. Em termos de políticas públicas, disse haver feiras organizadas por prefeituras, além de projetos de compra dos insumos produzidos em EES. Uma das motivações para ingressar na Economia Solidária estava no fato de trabalhar em grupo e repassar os conhecimentos em corte e costura. Com a participação na Economia Solidária, o empreendimento A firmou parcerias com o FOMESB, Prefeitura de Betim, Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE) e Fábrica São Geraldo.

No que refere ao descarte dos resíduos, observaram-se iniciativas de reaproveitamento dos tecidos pela população local. Quando não há a possibilidade de reaproveitamento, o tecido é descartado em lixo seco. Além do aspecto dos resíduos, todas as questões relacionadas à complementação de renda e a criação de laços sociais e trabalho em grupo reforçam os estudos de Hickenbick e Felácio (2014), quando enfatizam que a Economia Solidária se baseia em princípios como a emancipação por meio do trabalho, a coletividade e a responsabilidade socioambiental.

Em relação ao caso B, a entrevistada ressaltam a importância que muitas vezes o artesanato tem na vida de seus artesãos, ao tornar-se uma atividade laboral que exercita a mente das pessoas, ajudando-as em situações dolorosas ou difíceis. A presença do artesanato na Economia Solidária mostra-se indissociável e, como relatado pela entrevistada 2, a inserção nesse ambiente possibilita a convivência e o acolhimento, que, de certa forma, poderiam auxiliar na superação de momentos difíceis. Essa convivência desperta a solidariedade, que aqui pode ser entendida como a forma de relacionamento entre os indivíduos e que, nessa nova lógica, preza pelas conexões entre os pares, ou

como foi referenciado pela entrevistada, as trocas provenientes. Na teoria utilizada, tal abordagem pode ser vista pelos autores Laville citado por Silva, Ferreira e Costa (2016).

Na questão ambiental, tem-se o recolhimento de parte da matéria-prima das ruas ou seu recebimento por meio de doações. Esses itens adquirem novos significados, não só utilitários, mas nos debates sobre reciclagem e consumo responsável, assim como exposto em Martins e Toledo (2016).

O empreendimento não se caracteriza atualmente como única fonte de renda, já que a entrevistada recebe aposentadoria. Pelo que foi relatado, a entrevistada teve empregos ao longo de sua carreira, o que poderia demonstrar que o emprego e/ou trabalho com artesanato forneciam e completavam a renda. Depois de sua inserção na Economia Solidária, foi possibilitada maior participação em feiras. A informalidade do negócio é justificada pela assistência do governo dada aos artesãos, oferecendo uma carteira que identifica esse grupo. Mesmo apontado na teoria um possível *gap* quanto ao acesso aos recursos (materiais, financeiros etc.) dos EES em relação aos empreendimentos regidos pela lógica capitalista (Santos; Vieira; Borinelli, 2013), tem-se o intuito de capacitar os empreendedores da ES, como é citado pela entrevistada, por meio do Centro Público de Economia Solidária (CPES). Uma capacitação sobre precificação foi promovida aos membros do grupo, entretanto a entrevistada considera essa atividade como árdua para seus colegas. A dificuldade enfrentada pelo negócio diz respeito à divulgação e efetividade de atuação nas mídias sociais.

A definição apresentada sobre Economia Solidária destoa da teoria, no que se refere a sua assimilação com objetivos lucrativos. A entrevistada mostra-se ciente da associação inadequada de lucratividade ao contexto da ES, que também é frisada pela bibliografia corrente (Laville apud Silva; Ferreira; Costa, 2016).

O empreendimento C apresenta características de integração social, um dos pilares da Economia Solidária. As respondentes 3 e 4 encaram os benefícios da atividade muito além dos ganhos financeiros e ambientais, mas acima de tudo sociais. Tal afirmativa condiz com os estudos de Hickenbick e Felácio (2014).

Quanto à formalização, tal empreendimento, composto por várias empreendedoras, apresenta uma diversidade de interesses e perspectivas. Fica evidente a importância desse empreendimento para a complementação de renda para seus integrantes. Para aquelas cuja renda se faz necessária como principal complemento para o sustento da família, a formalização acabou sendo uma consequência da demanda, uma vez que a ausência de nota fiscal começou a impactar na fidelização ou captação de novos clientes. Já para outras, a formalização e o possível aumento da renda, mesmo com os custos dessa ação, não faria muita diferença para a renda familiar, o que nos permite inferir que esse grupo se encaixa naquele cujas atividades são buscadas apenas para o fortalecimento das relações sociais

ou para o lazer. Tais questionamentos confirmam diversos estudos sobre a informalidade, cujos possíveis impasses são a burocracia, os altos custos e os impostos daí advindos (Melo, 2017).

Conforme discutido na literatura, sustentabilidade supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural (Nascimento, 2012). Nesse sentido, os empreendimentos até aqui mencionados apresentam características que corroboram a literatura do ponto de vista econômico e social, mas também ambiental. O empreendimento C se preocupa com essa questão e cita maneiras diversas para atender a essa premissa, como por exemplo, reaproveitamento de materiais usados, reciclagem de materiais, desperdício mínimo. Ao tratarmos das fragilidades desse empreendimento, foi destaque a deficiência de conhecimento técnico, principalmente do ponto de vista da gestão, que impacta diretamente os resultados dele.

Por fim, o empreendimento D apresenta semelhanças e diferenças em relação aos que foram descritos anteriormente. É possível citarmos como ponto de convergência o artesanato como produto de oferta, a informalidade e, principalmente, o fato de se tratar de um empreendimento criado e gerenciado por uma mulher, característica esta que se destaca no estudo realizado. No que tange ao ponto de diferença, situamos o nível de escolaridade da entrevistada, bem como o conhecimento teórico e administrativo que ela apresenta sobre a Economia Solidária.

O artesanato como ramo do negócio aparece em todos os casos entrevistados, conservando a peculiaridade de cada tipo de produto. No caso D, percebemos uma ligação do artesanato com sua história de vida, começando desde os laços familiares com a avó que lhe ensinava pontos de crochê até a vivência do trabalho em uma ONG, fato esse que lhe permitiu contato direto com artesãs que eram empreendedoras ligadas à Economia Solidária em uma região do interior de Minas Gerais.

A informalidade também foi encontrada no empreendimento D, reforçando o que foi dito anteriormente por Melo (2017) sobre as dificuldades da formalização, em decorrência de fatores burocráticos e dos altos custos envolvidos. Conforme mencionado pela entrevistada 5, a formalização levaria a uma diferença considerável na precificação dos produtos, tornando-os inviáveis para a comercialização. Essa informação, vale destacar, se atrela ao dado apontado tanto no empreendimento D quanto nos outros entrevistados: a Economia Solidária não é, para essas pessoas, a única fonte de renda. Trata-se de uma atividade que, seja pelo custo da matéria-prima, pelo tempo de dedicação das envolvidas, seja até mesmo pela pouca visibilidade e valorização do mercado, ainda demanda complementação econômica para as pessoas envolvidas.

A relação entre a Economia Solidária e o gênero feminino é algo que merece ser pontuado. Aliás, cabe ressaltar, as mulheres têm se destacado nas atividades empreendedoras, apresentando índices superiores aos dos homens e, em vários casos, demonstrando habilidades específicas e

inerentes ao gênero feminino para abrir e gerenciar empreendimentos de sucesso (Rodrigues; Melo; Lopes, 2016). Pode-se apontar, por exemplo, na Economia Solidária e nos tipos de negócio que são desenvolvidos, algumas dessas habilidades típicas do gênero feminino, como o trabalho em equipe e a habilidade para construção de laços de proximidade. Em todas as entrevistas esses fatores foram apontados como características fundamentais quando se trata de EES.

Touraine (2007) afirma que a independência feminina tem trazido novas descobertas ao universo feminino, que se estendem para além do casamento e da maternidade, desconstruindo muitos papéis impostos às mulheres no século passado. Nesse sentido, o caso D coloca um interessante ponto de divergência em relação às outras entrevistadas, fornecendo um ponto de reflexão tanto para a questão da mulher em geral quanto para as características das mulheres da Economia Solidária: o nível de escolaridade.

A entrevistada do empreendimento D, que não é casada e não tem filhos, apresenta nível de escolaridade destoante das outras entrevistadas, possuindo nível superior e pós-graduação. Em toda a sua entrevista ela deixa claro que o artesanato que ela produz, vinculado a Economia Solidária, não tem função de produzir renda em sua vida, e que ela o faz por gostar, como uma espécie de *hobby*. Ademais, diferentemente das outras, ela possui bastante conhecimento teórico acerca da Economia Solidária, chegando a citar autores e políticas públicas existentes na área.

Essa divergência específica do nível de escolaridade e situação familiar da entrevistada do empreendimento D leva a refletir sobre as características predominantes nas mulheres atuantes na Economia Solidária, no que se refere ao universo deste estudo. Trata-se de mulheres que possuem algum tipo de vínculo conjugal, com filhos e com nível de escolaridade médio, que buscam alternar entre as atividades intrafamiliares, construídas historicamente como obrigações femininas, e um trabalho fora de casa, pela atuação na Economia Solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar as perspectivas e possibilidades da Economia Solidária enquanto alternativa de impacto socioeconômico e ambiental em famílias de baixa renda.

Conclui-se que a Economia Solidária se mostra como uma forma alternativa de economia que permite à população de baixa renda, especialmente o público feminino, complemento à renda das famílias e proporciona uma conseqüente melhoria da qualidade de vida, reforçando ações de inclusão social. Por meio de uma imersão das pesquisadoras, foi possível aliar a teoria à prática e elucidar os

impactos da Economia Solidária na vida desses indivíduos. Também foi possível perceber suas potencialidades, fragilidades e perspectivas de um futuro melhor.

Com o mapeamento do perfil das respondentes, foi possível avaliar se a rotina dos empreendimentos pertencentes ao Fórum de Betim coincidia com o explicitado pela literatura e quais seriam os impactos da Economia Solidária em suas vidas, principal objetivo deste estudo. Foi possível avaliar as divergências e convergências intra e intercasos.

Foi possível distinguir de forma bem clara aqueles casos em que o empreendedorismo se apresenta como uma necessidade ou como uma oportunidade. Nesse sentido, foi constatado que em alguns casos a necessidade financeira se destaca em relação a outros, mas isso não diminui a dependência financeira do empreendimento. No entanto, para alguns casos os benefícios sociais de convivência, integração e lazer estão acima dos benefícios financeiros. Ademais, a sustentabilidade ambiental se destaca como ponto de ação comum entre todos os empreendimentos.

Ao analisar todos os casos, percebeu-se que os desafios enfrentados diferem em cada empreendimento, indo desde as questões individuais, como desmotivação e falta de conhecimento técnico, até questões referentes ao negócio, como divulgação e atuação nas mídias sociais e questões externas, como acesso ao crédito. Mesmo assim, identificou-se o esforço do CPES em promover capacitações para seus membros.

Diante do exposto, verifica-se que a Economia Solidária se apresenta, na prática dos empreendedores pertencentes ao FOMESB, como uma alternativa para a subsistência das famílias ali inseridas, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e ambiental. Como limitações da presente pesquisa, cita-se a dificuldade de adesão dos respondentes, uma vez que a maioria dos envolvidos precisaram atender as pesquisadoras ao mesmo tempo em que atendiam os clientes em seus locais de trabalho. Isso pode ter prejudicado um pouco a concentração ou até o conteúdo da entrevista.

Por fim, o presente estudo buscou contribuir para o avanço de pesquisas de forma a incentivar o aperfeiçoamento e a busca do conhecimento da Economia Solidária como uma nova economia. No entanto, lacunas estão presentes e poderiam ser preenchidas com novos estudos na área. Como sugestão para pesquisas futuras, as autoras indicam um aprofundamento sobre o empoderamento feminino advindo da participação das mulheres na Economia Solidária, tema emergente e que não foi possível abordar, de forma profunda, na presente pesquisa. Outro ponto relevante, e que merece uma reflexão mais acurada, são as ações da Economia Solidária avaliadas do ponto de vista ambiental. Nesse cenário, caberia uma análise crítica sobre os produtos oferecidos pelos empreendedores que coincidem com princípios da Economia Solidária, mas também evidenciando aquelas ações que não abrem mão de tais princípios. Por fim, sugere-se uma maior parceria do poder público na condução

de pesquisas e ações mais concretas de políticas públicas, cujos ganhos para a Economia Solidária seriam incalculáveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. V. de. **Economia solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua autossustentabilidade e capacidade de geração de renda.** 2010. 128f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-97_pt.html. Acesso em: 28 mar. 2017.
- AMARAL, I. G.; NEPOMUCENO, L. H.; MEDEIROS, A. D. de. **Narrativas sobre trabalho e relações de trabalho em um empreendimento organizado sob a lógica da economia solidária.** In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2009. São Paulo. Anais... São Paulo: ANPAD, 2009, p. 1- 13.
- ANTUNES, R.; POCHMANN, M. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - INTERFACEHS**, v. 3, n. 2, p. 1-10, abr./ago., 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Rego e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CAMBIAGHI, B. P. **Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no município de São Carlos - SP.** 2012. 148f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-09112012-171945/pt-br.php> Acesso em: 28 mar. 2017.
- COSTA, P. H. F. **As novas configurações do capitalismo contemporâneo: caso da rede varejista norte-americana Wal-Mart.** 2007. 115f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de Paulista, Rio Claro, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/95691>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- FIGUEIREDO, J. G. **Desigualdade social e capitalismo: os limites da igualdade sob a ordem burguesa.** In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 6., 2013, São Luís. Anais...São Luís: JIPP UFMA, 2013, p. 1-9.
- FORTE, J. P. S. Da rede à política pública: ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 112-142, jan./jun., 2017.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009.
- GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013.
- GAIGER, L. I. **Antecedentes e expressões atuais da economia solidária.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/401>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GOMES, J. R. As políticas públicas e a economia solidária: a gestão social como ferramenta para a economia solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 359-373, jul./dez., 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/27668>. Acesso em: 20 ago. 2017.

GONÇALVES, T. J. T.; MORAIS SOBRINHO, A. P. de. Economia Solidária: um caminho para a geração de renda e inclusão social. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

GUERRA, A. C. **Os valores da Economia Solidária e os valores do trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários**. 2014. 157f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9VEHY5>. Acesso em: 05 out. 2017.

HICKENBICK, C.; FELÁCIO, R. M. **Economia solidária e arranjos produtivos locais**. Florianópolis: IFSC, 2014. [E-Book].

MARTINS, M.; TOLEDO, D. **O discurso da sustentabilidade na economia solidária: o caso do sítio Rosa dos Ventos-Pocinhos do Rio Verde, Minas Gerais**. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 4., Porto Alegre, 2016. Anais.

MELO, J. S. **Sobrevivência e mortalidade das atividades produtivas informais na população de baixa renda: o caso de indivíduos apoiados pela rede cidadã**. 2017. 164f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MILANEZ, F. **Desenvolvimento Sustentável**. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. Cap. 3, p. 76-84.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução de políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, jan. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/rt/captureCite/10624/0>. Acesso em: 28 out. 2017.

OLIVEIRA, E. de. **Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária: uma conexão necessária**. Revista VITAS, v. 5, n. 11, p. 1-12, set. 2015. Disponível em: http://www.uff.br/revistavitas/images/_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_E_ECONOMIA_SOLIDARIA_03.pdf. Acesso em: 28 out. 2017.

ONU Brasil. **A ONU e o meio ambiente**. Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 28 out. 2017.

POCHMANN, M. (2008). O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo.

PROETTI, Amanda; VANNUCHI, Maíra (org.). **15 anos de Fórum Social Mundial: balanços, desafios e perspectivas da luta por outro mundo possível**. São Paulo: Max Editora, 2016. [E-Book].

REIS, T. A. **Política Pública para e pela Economia Solidária - reflexões a partir do ciclo da Política Economia Solidária desenvolvida na Bahia**. In: Encontro ANPAD, 40, 2016, Costa do Sauípe. Anais.

RODRIGUES, Rosiane Belo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; LOPES, Ana Lúcia Magri. Gênero feminino no empreendedorismo de sucesso em Minas Gerais: estudo de casos. **Revista Organizações em Contexto**, v. 12, n. 23, p. 143-172, 2016.

- SANTOS, L. M. L. dos; VIEIRA, S. F. A.; BORINELLI, B. Economia Solidária e Estratégia: entre princípios e pragmatismos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia** (RIAE), v. 12, n. 4, p. 231-278, out./dez. 2013.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS- SEBRAE. 10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas. São Paulo: SEBRAE/SP. 2007.
- SILVA, D. L.; FERREIRA, V. R. S. F; COSTA, S. H. B. **Economia Solidária: Análise da Institucionalização do Campo**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (EnAPG), 7., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2016.
- SILVA, R. M. A. da. Políticas Públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-34, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/25676/18275>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P.; SOUZA R. de (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.
- TEIXEIRA, L. R. **A ideologia política na Economia Solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador**. 2006. 232f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/8877>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VIANNA, M. O.S., TEIXEIRA, R. M., & FRANCA, V. V. Perfil dos empreendedores individuais e características dos negócios formalizados pelo programa EI em Aracaju, Sergipe. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, 7 (2), 19-40. 2013.